

Que é igreja?

Uma abordagem sociológica

Gerd Uwe Kliewer

Conferência proferida no ciclo de palestras efetivado na Faculdade de Teologia, no 1º semestre de 1978, sob o tema "Que é Igreja"

Há quase dois mil anos, na distante Palestina, um homem chamado Jesus viveu uma relação especial com Deus, a quem ele chamava de Pai. A partir dessa relação proclamava a boa nova do Reino de Deus; chamava os homens ao arrependimento, a uma volta radical dos caminhos deste mundo para a caminhada do povo de Deus em direção à plenitude do Reino, já presente em sinais e mostras de poder. Reuniu um grupo de seguidores que o acompanhava, levado pelo seu poder carismático, mas sem entender muito bem o que realmente acontecia.

Em certo ponto da caminhada desse grupo, pelas sendas ásperas da Palestina, acontece a transfiguração, relatada em Mc 9,2-8:

"Seis dias depois, tomou Jesus consigo a Pedro, Tiago e João, e levou-os sós, à parte, a um alto monte. Foi transfigurado diante deles; as suas vestes tornaram-se resplandescentes e sobremodo brancas, como nenhum lavandeiro da terra as poderia alvejar. Apareceu-lhes Elias com Moisés e estavam falando com Jesus. Então Pedro, tomando a palavra, disse: Mestre, bom é estar aqui! Façamos três tendas; uma será tua, outra para Moisés e outra para Elias."

O que nos interessa nesse episódio é o desejo expresso nas palavras de Pedro: "Bom é ficar aqui; vamos construir tendas..." Pedro ficara entusiasmado com a situação experimentada no morro da transfiguração: a tradição institucional – Moisés e sua lei – e a tradição profética – Elias –, presentes no diálogo com o seu mestre Jesus. Não seria essa a simbiose ideal? Não seria essa a síntese que levaria o movimento de Jesus à consolidação, lhe daria a força de vencer no tempo e no espaço? Portanto, era urgente preservar essa situação, salvar da futilidade esse momento feliz, dando-lhe duração, permanência, enfim: construindo tendas.

Com as suas palavras, Pedro expressa uma necessidade fundamental da organização social, que surge onde os homens convivem em sociedade: a necessidade de padronizar as soluções encontradas e de preservar as atitudes que foram desenvolvidas em torno de certos valores; de transformar formas de interação consideradas ideais em normas, dando-lhes assim durabilidade e poder entre os homens. É assim que surgem as estruturas sociais que chamamos de **instituições**. Definimos, para os nossos fins, a instituição como um conjunto complexo de formas e normas de relacionamento entre pessoas, e estas e o seu mundo, conjunto que responde a uma necessidade do homem social, corresponde a certos valores e é dotado de reconhecimento geral e durabilidade num grupo social. A instituição, uma vez em funcionamento, torna-se parte "natural" da vida humana, recebe confirmação quase que incondicional de determinado grupo e é levada de geração em geração. Sua função é de preservar o aprendido, aquilo que se mostrou como válido e praticável. Uma instituição tem poder para coagir o homem em certa direção. Para fortalecer esse poder, ela procura legitimação transcendental, isto é, ela se fundamenta em afirmações tais como: "Isso é vontade de Deus!" "Isso sempre foi assim e tem que ficar assim." Pretendo partir desse ponto de vista institucional, para responder à pergunta do título.

O cristianismo iniciou como um movimento religioso. Jesus surge como líder de um grupo de pessoas que o considera um homem de poderes divinos, ligado a Deus. Os componentes desse grupo esperam dele libertação de seus males e um futuro glorioso, tanto pessoal quanto político. A sua relação com ele é **imediate**, como também é a relação de Jesus com Deus. Os discípulos **participam diretamente** nos acontecimentos ao redor de Jesus e têm uma **garantia concreta** do poder dele, manifestado através de milagres e sinais que proporcionam uma **experiência materializada**. Eles vêem, e por isso crêem. O movimento se concretiza no relacionamento direto entre pessoas, formando uma teia de relações que tem o seu centro e consegue sua unidade na pessoa real de Jesus, cuja liderança se baseia num **carisma natural**.

A gravura A ilustra essa situação: a relação intensa e íntima dos seguidores com Jesus, todos ansiosamente espreitando as palavras do mestre que está no centro das atenções, é a essência do grupo.

Com a crucificação, ressurreição e ascensão de Jesus o quadro muda. Desaparece o ponto de referência concreto do movimento. O centro da teia de relações que dá estrutura ao grupo fica vazio. É então que surgem os dois homens de branco, dizendo: "Varões de Galiléia, por que estais olhando para as alturas? Esse Jesus que dentre vós foi levantado ao céu, assim virá de modo como

A



o vistes subir" (Atos 1,11). E os discípulos entendem: agora chegou a hora de levantar tendas, de tomar providências para vencer o espaço de tempo entre a ascensão e a volta de Jesus Cristo. O grupo dos discípulos lá no monte, unido por nada mais do que a perplexidade, o olhar dirigido para cima e a lembrança dos dias passados, deve fincar os pés no chão, olhar para frente e transformar essa lembrança numa esperança, organizar-se numa comunidade funcional, definir doutrinas, estabelecer ritos reconhecidos e normas válidas. Este passo, visualizado na gravura **B**, inicia o processo de institucionalização da igreja cristã, que se estende pelos primeiros séculos de sua existência. A esperança do retorno

B



triunfal de Jesus é, assim, colocada em bases institucionais firmes, e só assim ela obtém estabilidade no tempo e no espaço.

Do processo de institucionalização surge a Igreja, o corpo místico de Cristo, hierarquicamente organizado. Jesus Cristo é a cabeça deste corpo. "Dele todo o corpo recebe consistência; ele é quem o dirige e enche de vida." (1) Em termos sociológicos: a instituição Igreja é consagrada através de sua identificação (ou quase identificação) com Cristo. As suas estruturas são sacralizadas pela **presença mística** de Cristo, que substitui a presença real da fase do movimento. A instituição obtém assim uma legitimação transcendental. Surge uma hierarquia a partir do critério da maior ou menor proximidade com Jesus. São tomadas certas medidas para garantir e legitimar a continuidade. A liderança espontânea, carismática, presente no início do movimento, é substituída por uma liderança formal, legitimada pela sucessão apostólica e pelo caráter indelével. O carisma é controlado e substituído, em grande parte, por formação e legitimação, adquiridos dentro dos canais competentes (cf. a gravura C).

C



1) **Catecismo Católico**, Editora Herder (São Paulo, 1958), pág. 97 (este catecismo é anterior ao Concílio Vaticano II).

Evidentemente a situação da Igreja, nesta fase, difere fundamentalmente da situação do movimento religioso. Em primeiro lugar, a relação com Jesus Cristo não mais se realiza imediatamente, mas mediada pela Igreja. Esta se transforma numa entidade que canaliza a graça divina, num instituto da graça. Impõe-se a norma "Extra ecclesia nulla salus", o que, em termos institucionais, significa que a graça divina só é acessível ao homem quando mediada pela "hierarquia sagrada" dentro dos ritos e sacramentos reconhecidos. O crente não mais participa de um movimento, mas pertence a uma igreja, o que significa, para ele, ter direitos e compromissos definidos. Em troca da garantia da salvação, ele assume certos deveres tais como ir à missa, pagar a mensalidade, comungar regularmente etc. Aliás, a garantia concreta da salvação, dada nos sinais e milagres de Jesus, transforma-se numa garantia institucional, que depende da fé do crente de que a instituição realmente é detentora do poder divino. O homem tem que crer, para ver, e crer tem como consequência lógica o cumprimento dos compromissos. Paralelamente ocorre uma espiritualização do conceito de salvação. Esta se torna uma experiência relacionada à vida interior, emocional.

É interessante observar o que acontece com o Espírito Santo. Na fase do movimento ele é entendido mais como uma dádiva especial ao crente individual, manifestada com sinais e poderes extraordinários no indivíduo, ou como uma força de compreensão e liderança que emana diretamente de Deus. Na fase institucional ele é entendido como "a força vital que repassa todo o corpo eclesástico", "une os membros com a cabeça e entre si", "é como a alma da Igreja". "Permanece constantemente na Igreja e nela age. Ilumina-a a fim de que nunca se desvie da verdade; santifica-a, cumulando-a de graças..., a conduz a seu destino eterno."(2) Isto é, o Espírito Santo, que no início se manifestava como um poder que agia no sentido de quebrar as estruturas (Atos 4, fala de Pedro perante o sínodo; Atos 9, Felipe e o eunuco; Atos 10, batismo de Cornélio) ou de erigir estruturas novas (I Cor. 12), é colocado a serviço das estruturas, é integrado na instituição, que entende que a sua atuação se restringe aos seus limites. Diz-se que o Espírito Santo dá sabedoria e entendimento, temor e obediência a Deus, piedade e ciência, virtudes necessárias para um bom desempenho na instituição. As suas manifestações espetaculares, — dom de línguas, profecias, poder de cura —, quando aceitas, são consideradas extraordinárias. A ação do Espírito Santo é "normalizada".

2) Ibidem, pág. 83.

Como instituição mediadora da graça, a Igreja se reveste de poder. Isso é próprio de toda instituição. Apesar de surgir do apoio e do consenso daqueles que dela participam, a instituição adquire, no decorrer do tempo, poder coercitivo independente deste consenso. Apresenta-se como entidade já existente “de eternidade a eternidade”, e por isso digna de toda **veneração** e respeito. Isso vale de maneira especial para a Igreja, cujo poder – no modelo institucional aqui apresentado – pretende estar alicerçado em bases divinas. Esse poder é exercido pela hierarquia. “O Papa, os Bispos, e os sacerdotes têm o poder de nos guiar em nome de Jesus Cristo. É por eles que no batismo recebemos a vida da graça; são eles que nos distribuem o pão celeste, e nos educam para sermos filhos de Deus. Eles fazem as vezes de Jesus Cristo... Devemo-lhes respeito, amor e obediência.”(3)

Outro aspecto da institucionalização deve ser tratado aqui. Não há dúvida de que a instituição que se desenvolve responde às necessidades surgidas dentro de um grupo. No caso do cristianismo, pode-se afirmar que a instituição Igreja foi construída em torno das necessidades da propagação e preservação do Evangelho de Jesus. Surge, porém, na vida de toda instituição o momento em que ela parece desligar-se das necessidades e dos valores que a originaram, e então ela pretende ganhar “status” ontológico por si. Acontece, então, que ela, em vez de perseguir as metas para as quais foi criada, faz da sua própria existência e preservação no tempo o seu objetivo. Em vez de ser instrumento, ela se transforma em fim. O resultado deste processo de institucionalização é uma **Igreja institucional hierárquica**, justificada e legitimada a partir de Deus. E os que participam da hierarquia, tendem a identificar as instituições da igreja com a Igreja global, invisível.

O leitor atento decerto descobriu que a Igreja institucional aqui descrita se assemelha muito à Igreja Católica que, para o sociólogo, é um exemplo impressionante de uma instituição desenvolvida e forte. Talvez ele tenha percebido, também, vestígios daquilo que aqui pretendo **designar como dilema do cristianismo**. Descrevi o processo de institucionalização como necessário e útil, mas mostrei também as conseqüências deturpadoras que ele traz consigo. A instituição, devido à sua função, é um elemento retardador da mudança social, e, onde a institucionalização for completa, pode-se imaginar uma sociedade parada, estagnada, imutável e inquestionável. A Igreja desenvolveu-se como instrumento a serviço do Evangelho, e este Evangelho é basicamente movimento, dinâmica, resistindo aos intentos paralisantes da instituição. O Evangelho não surgiu como ideologia de uma instituição, mas como força

3) *Ibidem*, pág. 242.

motriz de um movimento. Há, por conseguinte, um profundo conflito, uma tensão constante entre Evangelho e instituição. Por causa disso a institucionalização do cristianismo aconteceu aos trancos e solavancos, com constantes retrocessos, com violência e sangue até. Disso a história da Igreja dá testemunho. Através de toda a história da cristandade surgem os grupos que tentam reverter a transformação da Igreja numa instituição estática e estável, procurando os tempos áureos do movimento, tentando voltar ao estado original da comunidade primitiva.

A Reforma protestante foi uma tentativa nesse sentido. Pode ser entendida como uma rebelião contra as limitações impostas ao Evangelho pela instituição, contra o poder que ela se arrogava e o abuso dele.

Da Reforma surge o modelo eclesiástico protestante. Nele, a Igreja institucional perde o seu caráter salvífico. A mediação institucional da graça é abolida. Os reformadores procuram restabelecer a **relação imediata** entre o homem e Deus. Na aceitação de Jesus Cristo que morreu na cruz pelos pecados do homem, é refeita a relação direta entre o homem pecador e Deus. O indivíduo participa espiritualmente da morte e ressurreição de Jesus na conversão. Na experiência espiritual o homem se relaciona livremente com Deus.

A gravura D ilustra a nova situação. O representante da

D



Igreja, o pastor no púlpito, não mais controla o acesso à graça. Esta está presente no meio da comunidade, na pessoa de Jesus Cristo crucificado. O pregador só pode apontar para ele, mas cabe ao ouvinte mesmo aceitá-lo como seu salvador.

Para a Igreja isso significa que as suas estruturas são dessacralizadas, secularizadas, despojadas em grande parte de sua legitimação divina. A comunhão dos santos apresenta-se como "Igreja invisível", como corpo espiritual, não mais identificada com as estruturas eclesiásticas seculares. O Espírito Santo age de novo diretamente sobre o indivíduo, se bem que de preferência na comunidade. Naturalmente, também o movimento da Reforma teve que desembocar em instituições eclesiásticas; mas estas, à diferença das anteriores, eram justificadas e legitimadas a partir do seu funcionamento e construídas numa base secular, dando origem à Igreja funcional-burocrática.

É evidente que estou descrevendo tipos "ideais", não realizados de maneira pura. Mas pode-se afirmar que as igrejas concretas existentes no tempo e no espaço aproximam-se mais ou menos desses tipos, tendendo a católica mais para o primeiro tipo, as evangélicas mais para o segundo. De um modo geral, pode-se observar que a igreja do tipo protestante é uma instituição bem mais precária que a do tipo católico. Em outras palavras, ela é muito menos institucionalizada. Faltam-lhe a legitimação transcendental, as ancoragens no sagrado. A igreja tipo protestante, enquanto instituição, sempre se sente bastante insegura. Ela depende, quanto às bases religiosas, quase que exclusivamente da fé e da participação dos crentes. Ora, sabemos que estas podem ser bastante instáveis, dependendo de conjunturas e circunstâncias, podendo voltar-se, inclusive, contra a instituição. Por isso, a igreja tipo protestante sempre procurou subsídios para a sua auto-preservação. Sabendo-se dependente da fé e da participação dos crentes, ela se empenhou sempre em dar estabilidade a estes elementos. A exigência de ser cristão todos os dias e em todas as circunstâncias, o postulado da penetração da fé cristã em todas as áreas da vida, o combate aos "cristãos de domingo" são ênfases genuinamente protestantes. A educação cristã, pelo mesmo motivo, tem sido de suma importância para as Igrejas protestantes e foi desenvolvida nelas em suas múltiplas facetas.

Outro subsídio tem sido o de apoiar-se em poderes externos. Como a igreja não mais é o canal do poder divino, ela procura suprir o seu "deficit" de poder em fontes externas. Daí a tendência de ligar-se, por exemplo, ao poder estatal, inclusive de atestar-lhe poder divino. Exemplo disso são as igrejas protestantes da Europa que pactuaram com os príncipes e governos estatais, para assim se constituírem em instituições fortes e poderosas. O resultado foi a

união entre trono e altar. Outro exemplo encontramos nas igrejas protestantes na América Latina, que derivaram o seu peso institucional da sua ligação com igrejas e sociedades missionárias externas. Esses pactos, quando em vigor, sempre têm sido muito difíceis de desfazer, pois as igrejas começam a depender deles para a sua estabilidade. Esforços neste sentido sempre trouxeram crises às instituições eclesásticas. Observa-se, também, que a disposição de pactuar com poderes externos aumenta com a diminuição do carisma natural atuante na igreja.

Da diferença fundamental entre os dois tipos deriva-se também uma reação diferente da instituição em situações de crise. O tipo católico esboça, normalmente, uma **reação teológica**. Partindo da profunda convicção de que as suas estruturas "sagradas" são certas e verdadeiras, o problema se lhe apresenta antes como uma **redefinição teológica** do que como reforma estrutural. O tipo protestante, porém, partindo da sua legitimação pela eficiência funcional, procura melhorar esta, entregando-se ao **reformismo**. Surgem, então, a reestruturação de secretarias e departamentos, reforma de estudos e coisas semelhantes. Isto não significa que a igreja protestante não dê valor à Teologia. Mas esta — que lida com as bases da fé, o Evangelho — não está à disposição da instituição para uso e adaptação. O Evangelho está acima da instituição. A necessidade de ser eficiente também pode levar à criação de aparelhos burocráticos ou entidades assistenciais que, naturalmente, começam a preocupar-se com a sua autopreservação.

Pode-se apontar para mais diferenças, como, por exemplo, para o sistema de legitimação das lideranças. O padre católico é legitimado para a sua função pelo sacramento que lhe confere o poder sacerdotal (uma espécie de carisma institucionalizado), enquanto que o pastor protestante é praticamente legitimado por sua educação formal, pelo diploma. A comunidade, porém, não se satisfaz com essa legitimação formal, de modo que para ambos vale que eles necessitam de carisma pessoal para desempenhar bem a sua função. Manter esse carisma pessoal dentro dos limites traçados pela instituição tem sido uma preocupação constante de todas as igrejas.

Considerações Finais

Evidenciou-se que, do ponto de vista institucional, a igreja protestante é uma instituição muito mal equipada. No processo de institucionalização ela andou no máximo meio caminho. Seu poder coercitivo é reduzido, quando não reforçado por fatores externos. Está aí um dos motivos da tendência cismática do protestantismo.

Deveríamos optar, então, pelo modelo "católico"? Mesmo que isso fosse possível, penso que não. O motivo já apontei acima. A institucionalização está em conflito com a dinâmica do Evangelho. Ela é necessária até certo ponto, mas indo além desse ponto, ela inibe, limita o poder da Palavra de Deus. A criação de instituições eclesásticas só é legítima em função dos objetivos do Evangelho, não em vista da acumulação de poder. O que está no centro é o Evangelho, não a instituição Igreja, e a precariedade da instituição protestante garante isto de maneira muito melhor que a católica. A consciência da subordinação das estruturas ao Evangelho, institucionalizada na frase "ecclesia semper reformanda", garante, a meu ver, o correr da Palavra de Deus. Que mais quereríamos?